



# Anais da Assembléia

52

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE MAIO de 1987.

ANO XIII

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 40.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 1.987  
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Tadeu Lúcio Machado.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (53). Achar-se ausente o Senhor Deputado Pedro Tonelli (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário,

Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 247/86, de minha autoria, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor "José Cury".

Sala das Sessões, em 20.05.87

(a) ANIBAL KHURY.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 62/87, de minha autoria, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Professor "Rosário Farani Mansur Gnérios".

Sala das Sessões, em 20.05.87

(a) ANIBAL KHURY.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 97/85 que cria o município de Nova Tebas, desvinculando-o do Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 20.05.87

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 192/86, do Sr. Deputado Tadeu França que declara de utilidade pública a Associação dos Professores de Espanhol do Estado do Paraná", com sede e foro neste Capital.

Sala das Sessões, em 20.05.87

(a) ANIBAL KHURY.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, o adiamento da discussão e votação por dez sessões para o Projeto de Lei n. 18/87, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 20.05.87

(a) NESTOR BAPTISTA.

Líder do Governo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, um voto de profundo pesar, com inserção nos anais da Assembléia Legislativa, pelo fa-

lecimento do jovem Kleverson Lopes de Paula, ocorrido em trágico acidente, no dia 18 próximo passado.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência à família enlutada, Senhor Dr. Clóvis Roberto de Paula, no endereço: Av. Brasil, 1019 - 86.840 - Faxinal - PR.

Sala das Sessões, em 20.05.87

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER o envio de Moção de Pesar à Família Pennacchi, pelo falecimento do Senhor Hermínio Antônio Pennacchi, ocorrido em 01/05, sepultado em 02.05.87.

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, solicita seja encaminhado voto de pesar à Senhora Maria Pennacchi, esposa da pessoa acima referenciada, residente à Rua dos Tucanos, n. 01, no município de Arapongas - PR.

Sala das Sessões, em 20.05.87

(a) IRONDI PUGLIESI.

#### JUSTIFICATIVA:

O cidadão Hermínio Antônio Pennacchi, nasceu aos 15 de março de 1915, em Ouro Fino-MG, de onde, nos idos de 1955 mudou-se para Arapongas acompanhado da esposa e, na ocasião, quatro filhos. Inicialmente para trabalhar em propriedade rural que houvera adquirido.

Depois de sofrer as agruras de uma avassaladora geada - mas não o suficiente para debilitar seu espírito imbatível - já com filhos em idade escolar transferiu-se para a Cidade.

Em 1962, lançou a pedra fundamental de um monumento econômico que se seguiria.

Da modesta tabacaria Ouro Fino, Arapongas assistiu e acompanhou o surgimento de um verdadeiro império, ramificando-se por outras cidades do Paraná, como Cascavel e Rolândia e, penetrando no ramo de vendas de gêneros alimentícios e outros, grande parte do território brasileiro.

O Senhor Hermínio Antonio Pennacchi - juntamente com a esposa e os sete filhos: Marcos, Luiz Antônio, Paulo, José Carlos, Milton, Rosa e Palotti - Contribuiu consideravelmente não só ao engrandecimento do município de Arapongas, mas, evidentemente da Nação, com a utilização da prestação de serviços permanentes de mais de 2.000 pessoas nas Empresas Pennacchi. Toda essa grandiosidade em nada alterou o caráter íntegro desse homem. Sua conduta foi sempre pautada pela simplicidade, irradiando bondade a todos que dele se aproximavam.

Por tudo isso, em 1983, a comunidade araponguense, através da Câmara Municipal, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Município, conferiu-lhe o título de Cidadão Honorário. Por certo uma

homenagem modesta diante da nobreza de caráter do homenageado.

Em 1. de maio último o Senhor Hermínio Antonio Pennacchi partiu do nosso convívio e, com toda certeza, Deus o recebeu com o galardão dos justos. O seu passamento merece ser registrado nos Anais desta Casa de Lei, como reconhecimento dos legisladores estaduais aos exemplos dignificantes deixados por esse cidadão brasileiro. O seu trabalho, a sua luta, a honradez permanecerão, de forma indelével, na memória de todos que dele se aproximaram.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após anuência do Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações à diretoria e funcionários da TRANSPARANÁ, pela comemoração dos quarenta anos de existência da empresa.

Com sede em Londrina, é a maior revendedora de tratores da América Latina, liderando sete subsidiárias e agregando interesses que vão desde a distribuição de máquinas e equipamentos rodoviários, projetos agropecuários e reflorestamento, venda de automóveis e caminhões, a uma companhia de crédito, financiamento e investimentos, além de projeto siderúrgico. Com 1200 funcionários e mais de 210 milhões de cruzados anuais recolhidos em impostos, a TRANSPARANÁ teve em 1986 lucro líquido de 47 milhões de cruzados, registrando um faturamento de 1 bilhão e 18 milhões de cruzados.

A empresa tem como presidente José Augusto Correia Sandreschi; na Diretoria Financeira, Nilson Nivaldo Neves; Diretoria Comercial Kentaro Takahara; e Diretoria Administrativa Fernando Prochet.

Trata-se de uma empresa que cresceu sob a marca da mais alta seriedade de seus Diretores, homens dotados de grande visão empresarial, e que transformaram a TRANSPARANÁ em motivo de orgulho para todos nós paranaenses.

Feliz do Estado que tem uma empresa do porte como a TRANSPARANÁ.

Que os Anais registrem para a história o reconhecimento e homenagem desta Casa de Leis, comunicando-se ao Doutor José Augusto Sandreschi, Presidente do Conselho da Administração, a decisão ora tomada à avenida Celso Garcia Cid. n. 747, em Londrina, com votos de prosperidade eternamente.

Sala das Sessões, em 20.05.87

(a) ANTÔNIO BELINATI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no

uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expeditas, REQUER:

Seja inserido na ata dos Trabalhos da presente sessão, voto de congratulações pela criação da União dos Vereadores do Norte do Paraná, com sede na Cidade de Uraí (PR), cuja finalidade é de ajudar nas soluções dos problemas que enfrentam hoje os nossos municípios.

Do presente, Requer, se dê conhecimento aos Vereadores componentes da diretoria eleita, cuja relação vai em anexo ao presente.

Sala das Sessões em 20.05.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

Ofício/Circular n. 01/87

Curitiba, 08 de maio de 1987.

Prezado Senhor: Valderi Vilela.

#### DIRETORIA ELEITA

Presidente -

Vereador: Severino Nunes de Araújo

PMDB de Uraí

Primeiro Vice-Presidente -

Vereador Irani Salomão

PMDB de Santa Mariana

Segundo Vice-Presidente -

Vereador José Carlos da Cruz

PMDB de Assaí

Terceiro Vice-Presidente -

Vereador Hezir Vander Brook Prestes

PMDB de Curiúva

Secretário Geral -

Vereador Júlio Aparecido Bittencourt

PMDB de Santa Cecília do Pavão

Primeiro Secretário -

Vereador Humberto Zanini Chamilete

PMDB de Jataizinho

Segundo Secretário -

Vereador José Carlos Rett

PFL de Sertaneja

E um membro nato de cada bancada por câmara.

Presidente de Honra -

Vereador Antonio Pereira Dantas

FDS de Uraí

Aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente

Severino Nunes de Araújo

Presidente

Julio Aparecido Bittencourt

Secretário Geral

Humberto Zanini Chamilete

Primeiro Secretário.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Fundamentado no art. 134, § 1.º, Inciso IV do Regimento Interno, o Deputado in-

fra assinado, REQUER, que após ouvido o Plenário, conste da Ata da sessão de hoje, votos de congratulações pelo primeiro aniversário da ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE PONTA GROSSA.

Criada em 30 de maio de 1986, a referida entidade, tem como objetivo defender os direitos dos deficientes além de promover atividades que facilitem a sua integração com a comunidade.

Estimulados pela associação, os deficientes pretendem também participar da elaboração da nova Constituição e, para tanto, sob o tema "ninguém tem um problema tão grande que não possa lutar por seus direitos", estão distribuindo folhetos onde enumeram seus dez principais direitos, a saber: direito de viver - trabalhar - competir e participar; direito de combater barreiras criadas pela natureza ou pelo homem; direito de igualdade total; direito de justiça ( não de caridade); direito à projetos adequados para vencer dificuldades e derrubar preconceitos; direito de reabilitação para poder produzir; direito de transporte adaptado; direito de oportunidades iguais na educação; direito efetivo ao trabalho e de uma verdadeira integração na sociedade.

Nas festividades alusivas ao aniversário da associação estão previstas várias atividades, as quais envolverão todos os deficientes presentes ao evento.

Pelos trabalhos efetuados durante este ano, junto aos nossos irmãos deficientes, pelas metas ainda a alcançar, que sabemos serão da maior nobreza, rendemos nossas sinceras homenagens à ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE PONTA GROSSA.

Requeiro, que cópia deste expediente seja encaminhada à Diretoria da entidade supra citada.

Sala das Sessões em 20.05.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Votos de Congratulações, com inserção nos Anais da Assembléia Legislativa, pela posse da nova Diretoria do Sindicato Rural de Ivaiporã, ocorrida no dia 18 próximo passado.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Senhor Alcebiades Alves, Digníssimo Presidente eleito.

Sala das Sessões, em 20.05.87.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo assinado, com fundamento no Art. 134, § 1.º, inciso IV, do

Regimento Interno, REQUER, que, ouvido o Soberano Plenário, conste da Ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações ao Município de Pirai do Sul, que no último dia 23 de abril completou quarenta e um anos.

Localizado na microrregião dos Campos Gerais, com uma área de 1.437 km. e aproximadamente 21 mil habitantes, Pirai do Sul, é um município em franco crescimento, tendo na agropecuária a sua maior fonte de desenvolvimento.

Atualmente administrado pelo dinâmico Prefeito Marcelo Zanella Milléo, o Município vem se destacando sobrenaturalmente em sua organização, na qual a execução de obras que beneficiem a população urbana e rural vem tendo a maior prioridade.

Exemplo disto é a entrega de benfeitorias à comunidade pelo Prefeito Marcelo Zanella Milléo, por ocasião das festividades alusivas ao aniversário de Pirai do Sul, cuja data foi transferida para o próximo dia 22 do mês em curso, em virtude da abertura dos Jogos Escolares do Paraná pelo Governador Álvaro Dias.

Na oportunidade, oficialmente o Município ganha: o novo prédio da Prefeitura Municipal, um novo Hospital, a conclusão da pavimentação de todas as ruas da cidade e 4000 m. de construção de um Centro Esportivo cuja infraestrutura dentro de um ano poderá abrigar os Jogos Abertos do Paraná.

Não podemos deixar de mencionar que nos sentimos muito honrados com a expressiva votação que alcançamos no último pleito, tendo sido o Deputado Estadual mais votado no Município e, conseqüentemente, termos sido escolhido por tão laborioso povo para o representarmos junto ao Governo do Estado, na Assembléia Legislativa do Paraná.

Com imensa satisfação, deixamos aqui registrado nossas sinceras homenagens por tão importante data. Parabéns Prefeito Marcelo Zanella Milléo, por tão digno trabalho realizado! Parabéns comunidade de Pirai do Sul por mais uma etapa vencida!

Requeiro, que cópia deste expediente seja encaminhada ao Prefeito Municipal e à Câmara Municipal de Pirai do Sul.

Sala das Sessões, em 20.05.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Superintendente do BANCO DO BRASIL, ao BANCO CENTRAL e ao Ministro da Fazenda, solicitando a urgente desvinculação dos créditos agrícolas, comerciais e industriais de aplicações em

seguro, CDB, RDB entre outros papéis comercializados pelo banco. Atualmente os bancos estão, através de seus gerentes de agências, forçando os setores produtivos da sociedade a fazerem aplicações em papéis, trazendo grandes prejuízos aos produtores e à própria sociedade.

A norma do banco de premiar os funcionários que mais captações realizarem destes papéis, está criando tráfico de influência dentro do banco, de forma que os maiores aplicadores nos papéis estão tendo preferência na liberação de créditos. Essa prática está levando alguns produtores ao desespero, pois a urgência no plantio da safra, no caso dos agricultores, e, a necessidade de créditos de investimentos e financiamentos, não permite diante da situação econômica do País a disponibilidade de recursos extras para aplicação no mercado especulativo.

Sala das Sessões, em 20.05.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente, ao Secretário das Finanças, Luiz Carlos Hauly, parabenizando-o pela iniciativa de reduzir o prazo de repasse dos créditos do governo aos cofres públicos de quatro para dois dias, créditos estes oriundos do pagamento de serviços prestados pelo poder público.

A medida adotada pelo Secretário é extremamente correta, pois neste momento em que volta a ciranda financeira, os bancos utilizam os créditos do Estado pelo tempo de quatro dias para aplicações em papéis do próprio governo, trazendo duplo prejuízo à população.

Sala das Sessões, em 20.05.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiada ao ilustre Secretário de Estado da Educação, Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, a seguinte solicitação:

- Cessão de um terminal telefônico, a ser instalado na Escola Especial 19 de Junho, Município de Pérola - PR.

Sala das Sessões, em 20.05.87.

(a) NILTON BARBOSA.

#### JUSTIFICATIVA:

A solicitação apresentada justifica-se

pelo fato de que a citada escola não possui ainda um aparelho telefônico, o que dificulta em muito a comunicação da mesma com outros órgãos de assistência.

Ainda não possui a mesma condição financeira que lhe permita a aquisição do terminal por meio de seus próprios recursos, razão pela qual traz até sua Excelência tal solicitação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando "medidas de emergência" no que se refere à cobertura do PROAGRO aos agricultores que tiveram suas safras de trigo de 1986 frustradas.

1. Ministro da Agricultura Dr. Iris Rezende.

2. Diretor do C.E.R. - Comissão Especial de Recursos do Ministério da Agricultura Dr. Luís Antônio Rossetti.

3. Presidente do Banco Central Dr. Fernando Miliet.

4. Diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil, Dr. Sebastião Rodrigues.

Sala das Sessões, em 20.05.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

Pequenos e médios agricultores do Estado do Paraná, que tiveram suas safras de trigo frustradas em 1986, solicitaram cobertura do PROAGRO, e tiveram que recorrer à Comissão Especial de Recursos - órgão do Ministério da Agricultura, a qual até hoje não emitiu nenhum parecer sobre os processos. Com isto, os produtores não estão conseguindo obter aprovação das instituições financeiras, do financiamento para o custeio da safra de trigo de 1987.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Superintendente do Banco do Brasil no Estado do Paraná, solicitando uma revisão dos critérios técnicos de classificação para efeito de Proagro, de forma que se considere a produção líquida de acordo com as normas do critério rural.

Atualmente, alguns bancos, consideram para efeito de liberação do seguro agrícola a produção bruta, sem considerar as impurezas, umidade e secagem do produto. Esse critério vem trazendo grandes prejuízos aos produtores paranaenses, pois, estão arcando como produto as quebras de safra

em decorrência da classificação da armazenagem.

Sala das Sessões, em 20.05.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, na pessoa de seu Diretor Geral, no sentido de que sejam executadas obras de recuperação da pista de rolamento da Rodovia BR-376, trecho que liga o Município de Nova Esperança.

Tal reivindicação justifica-se plenamente, pelo fato de que a Rodovia em questão não está apresentando condições de segurança aos usuários, devido as precárias condições de conservação em que se encontra.

Sala das Sessões, em 20.05.87.

(a) JOSÉ ALVES.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, no sentido de que sejam iniciadas as obras de pavimentação asfáltica na rodovia que liga o Município de Paçandu ao Município de Ourizona.

Tal pretensão justifica-se plenamente pelo fato de que as demarcações da rodovia já foram executadas, e o tráfego em condições precárias, está prejudicando os moradores da Região, principalmente em dias chuvosos. Esta obra irá facilitar, principalmente o escoamento da safra, pois ligará Paçandu à rodovia que dá acesso a Paranavaí/Maringá.

Sala das Sessões, em 20.05.87.

(a) JOSÉ ALVES.

#### CÂMARA MUNICIPAL DE PAÇANDU

Ofício n. 26/87

Curitiba, 23 de abril de 1987

Esta Câmara Municipal, por iniciativa do vereador ANISIO MARCONI, aprovou por unanimidade de votos o requerimento de n. 06/87, solicitando vosso apoio e ajuda imprescindível, no sentido da pavimentação asfáltica que ligará, Paçandu a Ourizona, seja construída o mais breve possível. Visto, o nosso Município ter reivindicado há muito, inclusive até as demarcações já foram executadas, mas está havendo uma morosidade. E a linha de ônibus que serve os moradores nesta região, está com o tráfego deficitário, prejudicando muito as pessoas, atrapalhando seus negócios e princi-

palmente em casos de doenças. Sem transporte não há locomoção e em dias chuvosos isto torna-se impossível. Também facilitaria, no escoamento da safra, ligaria Paçandu à rodovia que dá acesso a Paranaíba-Maringá.

Confiamos em vosso trabalho e determinação, haja vista termos testemunhados seu labor. Aguardamos com certeza receber este benefício em prol de nosso Município e de nosso povo.

Com agradecimentos, manifestamos, expressamos votos de estima e consideração.

SAUDAÇÕES CORDIAIS

JOSÉ PAULO MATESCO

Presidente

MÁRIO MANSANO

1.º Secretário

ANÍSIO MARCONI

2.º Secretário

Exmo. Senhor

JOSÉ ALVES

DD. Deputado Estadual

Curitiba

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após a aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor ODENI VILAÇA MONGRUEL, Digníssimo Secretário de Estado da Habitação, solicitando a instalação de um escritório da COHAPAR no Município de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 20.05.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

#### JUSTIFICATIVA:

O crescente número de mutuários da COHAPAR no Município de PATO BRANCO, por si só justifica tal pleito. Entretanto, há que se ressaltar ainda, que o Município, conhecido como a "Capital do Sudoeste", congrega os núcleos regionais de vários órgãos da administração direta e indireta do Estado.

A instalação de um escritório da COHAPAR viria de encontro aos interesses dos mutuários, e concorreria sobremaneira para a agilização no atendimento aos mesmos, podendo inclusive, abranger mutuários de municípios vizinhos.

Pelo exposto, entendemos que o Município de PATO BRANCO encontra-se devidamente credenciado para receber este benefício.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após a aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor ROQUE PIRAGINE, Digníssimo Diretor Presidente da SANEPAR, solicitando a

construção de rede de esgoto sanitário no Município de MANGUEIRINHA, Paraná.

Sala das Sessões, em 20.05.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

#### JUSTIFICATIVA:

A cada dia, torna-se mais urgente e necessária a construção da rede de esgoto sanitário no Município de MANGUEIRINHA.

À parte o expressivo desenvolvimento conseguido por esse Município em todos os seus segmentos, é prioritário e urgente as obras de saneamento, para o harmônico desenvolvimento da programação do Poder Municipal. Por outro lado, o benefício da rede de esgoto sanitário é uma antiga e justa aspiração de toda aquela comunidade, o que por si só, credencia o Município de MANGUEIRINHA a receber essa obra.

Que do presente, se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor ISIDORO DALCHIAVON, Digníssimo Presidente do Diretório Municipal do PMDB de MANGUEIRINHA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após a aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor ROQUE PIRAGINE, Digníssimo Diretor Presidente da SANEPAR, solicitando a construção de rede de esgoto sanitário no Município de SÃO JOÃO.

Sala das Sessões, em 20.05.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

#### JUSTIFICATIVA:

A necessidade da construção de rede de esgoto sanitário no Município de SÃO JOÃO, torna-se a cada dia mais premente, pois as obras de saneamento são prioritárias e vitais para a comunidade desse Município, e compromisso do Poder Municipal.

Entretanto, a execução desse programa requer vultosa soma de recursos, dos quais o Poder Municipal dispõe, recorrendo, portanto, aos órgãos da administração do Estado e autarquias, com a finalidade de levar a bom termo a sua programação, e proporcionar aos seus munícipes, o inquestionável benefício dessa rede.

Que do presente, se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor RENATO CARANEATO CANAN, Digníssimo Prefeito Municipal de São João.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor ROQUE PIRAGINE, Digníssimo Diretor Presidente da SANEPAR, solicitando a construção de rede de esgoto sanitário no

Município de CHOPINZINHO, Paraná.

Sala das Sessões, em 20.05.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

#### JUSTIFICATIVA:

A cada dia, torna-se necessária e urgente a construção de rede de esgoto sanitário no Município de CHOPINZINHO.

A parte o expressivo desenvolvimento conseguido por esse Município em todos os seus segmentos, é prioritária e vital a construção dessa rede, para a continuidade e cumprimento da programação do poder municipal.

Por outro lado, a rede de esgoto sanitário reflete uma das mais antigas e justas aspirações da comunidade desse Município, o que por si só, o credencia sobremaneira para receber tal benefício.

Que do presente, se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor ALBINO SCOLARO, Digníssimo Prefeito Municipal de CHOPINZINHO, Paraná.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor ROQUE PIRAGINE, Digníssimo Diretor Presidente da SANEPAR, solicitando construção de rede de esgoto sanitário no Município de ITAPEJARA D'OESTE, Paraná.

Sala das Sessões, em 20.05.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

#### JUSTIFICATIVA:

A rede de esgoto sanitário no Município de ITAPEJARA D'OESTE continua sendo uma aspiração acalentada pelos seus munícipes. Todavia, a ausência de recursos para a execução dessas obras, vem impedindo a expansão dos programas de saneamento, eis por que, recorre aos órgãos da administração direta, indireta e autarquias do Estado, com a finalidade de tornar realidade esse benefício.

Que do presente, se dê ciência à população desse município, através da CÂMARA DE VEREADORES DE ITAPEJARA D'OESTE.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor ROQUE PIRAGINE, Digníssimo Diretor Presidente da SANEPAR, solicitando construção de rede de esgoto sanitário no Município de CORONEL VIVIDA, Paraná.

Sala das Sessões, em 20.05.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

#### JUSTIFICATIVA:

Não obstante ser um município jovem, CORONEL VIVIDA vem despontando no cenário

paranaense pelo expressivo desenvolvimento conseguido em seus diversos segmentos. Entretanto, a população, bem como as lideranças municipais, ressentem-se do benefício de rede de esgoto sanitário, pois a realização dessa obra requer recursos financeiros de elevada monta, dos quais o Município não dispõe, recorrendo, portanto, a essa Superintendência, com a finalidade de estender à população o inquestionável benefício do saneamento básico.

Que do presente, se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor VALTER MUNARETTO, Digníssimo Prefeito Municipal de CORONEL VIVIDA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor ROQUE PIRAGINE, Digníssimo Diretor Presidente da SANEPAR, solicitando construção de rede de esgoto sanitário no Município de VITORINO, Paraná.

Sala das Sessões, em 20.05.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

#### JUSTIFICATIVA:

O expressivo desenvolvimento do Município de VITORINO nos últimos anos, ainda carece para seu verdadeiro progresso, de obras sumamente importantes, e para as quais, o Município indis põe de recursos.

A construção da Rede de Esgoto Sanitário viria ao encontro do anseio de toda a população desse Município, bem como da administração municipal. As obras de saneamento básico são uma real necessidade, e o Município de VITORINO encontra-se sobremaneira credenciado para receber tal benefício.

Que do presente, se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor JOVINO ELSO PERIOLO, Digníssimo Prefeito Municipal de Vitorino.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor ROQUE PIRAGINE, Digníssimo Diretor Presidente da SANEPAR, solicitando construção de rede de esgoto sanitário no Município de QUEDAS DO IGUAÇU, Paraná.

Sala das Sessões, em 20.05.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA

#### JUSTIFICATIVA:

O significativo desenvolvimento conseguido pelo Município de QUEDAS DO IGUAÇU nos últimos anos, torna a cada dia mais urgente e necessária a construção da rede de esgoto sanitário. Os programas de saneamento carecem de recursos de elevada



monta, dos quais o poder municipal não dispõe, o que leva a recorrer aos órgãos da administração do Estado e autarquias, com a finalidade única e exclusiva de levar esse benefício aos munícipes, realizando uma das mais antigas e justas aspirações.

Que do presente, se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor RUDI SCHAEGLER, Digníssimo Prefeito Municipal de Quedas do Iguaçu.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor ROQUE PIRAGINE, Digníssimo Diretor Presidente da SANEPAR, solicitando construção de rede de esgoto sanitário no Município de SÃO JORGE DO OESTE, Paraná.

Sala das Sessões, em 20.05.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

#### JUSTIFICATIVA:

Não obstante o expressivo desenvolvimento alcançado nos últimos anos pelo Município de SÃO JORGE DO OESTE, a construção de rede de esgoto sanitário ainda permanece pendente de execução.

A carência de recursos para custeio dessas obras, leva a pleitear o auxílio dessa SANEPAR, pois as obras de saneamento são uma real necessidade, e sua realização viria satisfazer antiga e justa aspiração da população desse Município.

Que do presente, se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor EGIDIO VERONESE, Digníssimo Prefeito Municipal de São Jorge D'Oeste.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Guimarães Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, que seja enviado expediente aos Senhores Álvaro Dias, Governador do Estado e Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário de Estado da Educação, solicitando a doação de seis ônibus à Prefeitura Municipal de Umuarama, visando atender o transporte escolar.

Sala das Sessões, em 20.05.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

#### JUSTIFICATIVA:

O transporte escolar é componente fundamental do sistema educacional, visando a integração das crianças de família de baixa renda e oriundas da zona rural, que na falta deste serviço prestado pela Prefeitura Municipal ficariam privadas das condições de frequentar as escolas, destoando do grande esforço de todo setor público ligado à educação de evitar a evasão escolar.

Em vista da Prefeitura Municipal de Umuarama vir dispensando grande soma de recursos, não só ao transporte escolar para as escolas do Estado, aos alunos de quinta a oitava séries do primeiro e do segundo grau, através da locação de ônibus junto a empresas particulares, que somente no exercício de 1986 dispendeu a quantia de Cz\$ 1.949 mil para este fim.

Conforme dados por ela repassados, bem como significativo volume de recursos ao ensino de primeiro e segundo grau, através de outros programas executados através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a Prefeitura vem enfrentando dificuldades para a continuidade do atendimento deste serviço, que se interrompido causaria alto índice de evasão escolar.

Portanto, solicitamos ao Governo do Estado a doação de seis ônibus, destinados ao transporte escolar, visando criar condições para a continuidade deste serviço fundamental para que se desenvolva a contento o sistema educacional no Município.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Álvaro Dias e ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, Francisco Luiz Sibut Gomide, no sentido de que venha a ser agilizada a construção da rede de energia elétrica que liga Segredo a Chopinzinho.

Sala das Sessões, em 20.05.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

#### JUSTIFICATIVA:

Na região sudoeste do nosso Estado, mais especificamente nos Municípios de Chopinzinho, Coronel Vivida, São João e São Jorge do Oeste, a energia elétrica sofre violentas quedas de tensão com facilidade, situação que se agrava em dias chuvosos e com a presença de relâmpagos.

Tal queda de energia causa inúmeros problemas para os habitantes daquela região, desde a queima de aparelhos eletrodomésticos até a própria falta, onde não poderia acontecer, como é o caso de hospitais.

Sabemos que a COPEL tem consciência destes problemas e desde 1985 vem tentando construir a rede de energia que liga Segredo a Chopinzinho, porém encontrou em primeiro plano dificuldades em relação à FUNAI, e agora esbarra em problemas com proprietários rurais que desejam indenizações, julgadas pela COPEL excessivas.

Portanto, solicitamos que dentro do programa social do Governo Álvaro Dias, do



governo voltado para o povo, que a COPEL rapidamente contorne os problemas apresentados, peça às desapropriações necessárias, pois jamais o interesse de poucos poderá se sobrepor as de toda uma coletividade.

A urgência da construção da mencionada rede será uma prova do governo democrático, no qual vivemos, onde as necessidades e as decisões das maiores prevalecem.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado da Administração, solicitando empréstimo dos imóveis localizados à rua Mateus Leme, n. 38 e 56, recentemente tombados pelo Estado, para serem ocupados pelo Atelier de Arte e Centro Juvenil de Artes Plásticas do Museu Alfredo Andersen.

Sala das Sessões, em 20.05.87

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

O Museu Alfredo Andersen, tradicional pólo de resgate da nossa memória cultural, vem prestando excelentes serviços à nossa comunidade através da realização de cursos e incentivo aos Artistas Plásticos desta Capital. Entretanto, o mesmo não dispõe de instalações adequadas para comportar o Atelier de Arte e o Centro Juvenil de Artes Plásticas, setores necessários no aprimoramento de técnicas dos artistas que utilizam aquele espaço cultural.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ministro da Saúde no sentido de que seja incluído nos rótulos de todos os produtos, a decodificação dos aditivos e a percentagem deles, e ainda, que haja reformulação na legislação brasileira referente a aditivos químicos usados na indústria de alimentos.

Sala das Sessões, em 20.05.87

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### JUSTIFICATIVA:

Os aditivos químicos são utilizados na indústria para prolongar a vida útil dos alimentos, dar mais cor e sabor a eles. Entretanto, quando mal dosados ou ingeridos em excesso, esses produtos artificiais, estranhos ao nosso organismo, podem ter efeitos nocivos, que vão de uma corriqueira dor de cabeça até tumores cancerosos.

Apesar destes produtos serem largamente utilizados na fabricação de alimentos

no Brasil, nossa legislação ainda é incompleta. Em 1.965, o governo brasileiro elaborou uma lista contendo os aditivos permitidos e as dosagens aceitáveis por produto, com base num trabalho da OMS. Esta lista deveria ser revista e atualizada pelo Ministério da Saúde, o que tem sido feito de modo lento e irregular.

Em fevereiro último, cinco corantes foram cassados; eles são tóxicos e apesar disso eram usados em balas, confeitos e doces, consumidos principalmente por crianças. Mas a cassação só ocorreu depois de muitos anos em que a população ingeriu esses corantes inadvertidamente. Isto mostra que a listagem não dá segurança aos consumidores, apenas indica que ainda não foram registrados efeitos negativos do produto.

Os últimos meses têm sido pródigos em casos de uso incorreto de aditivos químicos. Sucos de frutas, uma marca de goiabada e, muito recentemente, a gelatina em pó, estiveram sob suspeita nos dois primeiros casos comprovados de irregularidade. Isso sem falar no leite em pó importado da Europa que provocou celeuma quando, depois de iniciada a investigação, o Ministério de Saúde resolveu aumentar o limite de radiatividade em alimentos permitidos no Brasil.

Isso tudo vem mostrar que o governo precisa iniciar um trabalho sério e efetivo de revisão e atualização dessa lista e também na fiscalização do uso dos aditivos químicos usados na produção e conservação de alimentos não industrializados, como cereais, frutas e verduras, além de unificar a jurisprudência sobre o assunto, hoje dividida entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Agricultura, que, para alguns aditivos, dão pareceres diferentes.

Também é preciso assegurar o acesso do consumidor às informações corretas sobre o que está comendo. Incluir para isso, nos rótulos de todos os produtos, o prazo de validade a codificação dos aditivos, os ingredientes e o valor-nutritivo.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 70/87

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art.1.º - Fica denominada "Hênio Romagnolli" a rodovia que liga Umuarama a Mariluz.

Art.2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.05.87

(a) NELSON VASCONCELLOS.

#### JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei queremos destinar justa homenagem a Hênio Romagnolli

li, que durante a sua vida pública, prestou relevantes serviços àquela comunidade, conforme consta no curriculum que em anexo apresentamos.

PROJETO DE LEI N. 71/87  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica denominada "Angelo Moreira da Fonseca" a rodovia que liga Umua-rama a Ivatê.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.05.87

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei queremos destinar justa homenagem a Angelo Moreira da Fonseca, que durante a sua vida pública, prestou relevantes serviços àquela comunidade, conforme consta no curriculum que em anexo apresentamos.

PROJETO DE LEI N. 72/87  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica Declarada de utilidade pública a "Associação Assistencial e Educacional Betesda - ASSAEBE", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.05.87

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que, por este projeto, pretende-se seja declarada de utilidade pública Estadual, a Associação Assistencial e Educacional Betesda - ASSAEBE, tem sua sede provisória na Rua Moacir Postier, n. 530 - bairro Xaxim, nesta Capital. Fundada em 23 de outubro de 1.983, tem realizado campanhas entre os associados, para a doação de agasalhos, calçados, conseguindo ajudar desta forma a centenas de famílias carentes.

Com notável dedicação a sua diretoria tem desenvolvido, um importante trabalho.

Outrossim, a aprovação deste plano de Lei, além de reconhecer esta obra, virá estimular o seu aperfeiçoamento, resultando em maiores benefícios à coletividade.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Não há expediente a ser lido.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado José Rogério Carvalho, inscrito. (Ausente).

Estando ausente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Senhor Deputado Nilton Barbosa. (Ausente).

Estando ausente, e não havendo mais oradores inscritos, está encerrado o Pequeno Expediente e passamos ao Grande Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado David Cheriegate, inscrito. (Ausente).

Estando ausente, e não havendo mais oradores inscritos, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PT se fará uso do seu tempo. (Ausente).

Estando ausente, consulto a Liderança do PDS. (Ausente).

Estando ausente, consulto a Liderança do PTB. (Ausente).

Estando ausente, consulto a Liderança do PFL. (Ausente).

Estando ausente, consulto a Liderança do PL. (Ausente).

Estando ausente, consulto a Liderança do PDT. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB.

Com a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado por oito minutos e meio.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesta tarde para registrar nos Anais da Casa o manifesto assinado por vários Senhores Deputados integrantes da Bancada do PMDB nesta Casa, manifesto este de apoio irrestrito ao Governador Álvaro Dias.

Tomo a liberdade neste momento, Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, de ler em seu inteiro teor o referido manifesto. (Lê).

MANIFESTO DE APOIO AO GOVERNADOR

Através do presente, os Deputados que este subscrevem, integrantes da bancada do PMDB na Assembléia Legislativa, vêm a público manifestar seu apoio ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Dr. Álvaro Dias, pelo seu pronunciamento à opinião pública brasileira, apresentado no programa "Bom Dia Brasil", da Rede Globo de Televisão, no dia de hoje, defendendo a necessidade da adoção do Pacto Social a nível dos Estados, e apoiando o Governo Federal em seu projeto político capaz de assegurar condições de estabilidade para a transição democrática, mediante a garantia de um mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney.

Com sua exposição lúcida, o Governador Álvaro Dias, se afirmou como o porta-voz dos paranaenses, no exercício da liderança democrática que o povo lhe confiou através do voto.

(aa) Pirajá Ferreira

Djalma de Almeida César

Antônio Annibelli

Lauro Lobo Alcantara

José Felinto  
 Tadeu Lúcio Machado  
 Artagão de Mattos Leão  
 Vera Agibert  
 Dirceu Manfrinato  
 Antônio Bárbara  
 Domingos Scarpellini  
 Cândido Bastos  
 Orlando Pessuti  
 Raul Lopes  
 Luiz Carlos Alborghetti  
 José Rogério Carvalho  
 Anibal Khury  
 Ferrari Júnior  
 Nestor Baptista  
 Quielse Crisóstomo  
 Edmar Luiz Costa  
 Homero Oguido  
 Gernote Kirinus

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (termina de ler o manifesto).

Este manifesto vai assinado por quase a totalidade da Bancada do PMDB, dando apoio à Liderança efetiva que exerce o Governador Álvaro Dias no Estado do Paraná, demonstrado primeiro pelo resultado alcançado no memorável pleito de 1986, quando o Governador Álvaro Dias conseguiu, através das urnas livres, soberanas e democráticas, 70% dos votos do paranaense e agora, mais recentemente, as pesquisas de opinião pública demonstraram o prestígio do nosso Governador atingindo o índice de 74% de apoio e de credibilidade da opinião pública do Paraná.

Por esse motivo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que nós Deputados do PMDB nesta Casa, temos o compromisso de apoiar neste momento de dificuldade que atravessa a nação brasileira, o nosso Governador do Estado, porque temos certeza que ele está qualificado para representar os paranaenses nas grandes decisões nacionais que acontecem nesse momento de transição. E de nossa parte, é necessário vivermos o realismo político que nos leva, neste momento de dificuldades, a apoiar o Governador Álvaro Dias e por via de consequência, o Presidente José Sarney.

Sabemos que há necessidade de termos que dar um voto de confiança àquele que está seguindo a obra arquitetônica política do grande Tancredo Neves. E nesse momento da vida pública nacional, temos necessidade de junto com o Presidente da República, com os governantes da maioria dos Estados brasileiros, assumirmos, juntos, a bandeira da democracia e respeitarmos o povo através da Assembleia Nacional Constituinte.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Deputado Tadeu Lúcio Machado. Nós vemos com estranheza o seu pronunciamento de hoje, porque ontem, nesta Casa, nós ouvimos exatamente o contrário. E, quando Vossa Excelência hoje, diz que a maioria dos parlamentares desta Casa apóiam a atitude do Governador Álvaro Dias, apoiando o pedido do Presidente Sarney, faz o contrário do que disseram ontem os Deputados do seu Partido, que falaram com orientação, com subsídios que trouxeram das bases, dos diretórios municipais do PMDB, do seu Partido, quanto à duração do mandato do Presidente Sarney.

Então, eu concordo em termos com Vossa Excelência, quando apóia o Governador do Estado em todas as outras matérias políticas e administrativas, porque faz bem o seu partido ao dar apoio ao Governador. Agora, quando ele apóia um ato autoritário, pois considero autoritário o Presidente José Sarney vir ditar as normas da Constituinte, aí eu não concordo com Vossa Excelência e nem com o Governador Álvaro Dias.

Agora, precisamos saber exatamente o que ocorre. Se Vossa Excelência fala realmente pela maioria dos parlamentares do PMDB nesta Casa.

Obrigado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Deputado Valderi Mendes Vilela, quando eu disse maioria dos Deputados integrantes da Bancada do PMDB nesta Casa, assinou um manifesto de apoio irrestrito ao Governador Álvaro Dias e, por via de consequência, ao Presidente José Sarney.

Entendo, entretanto, que o Deputado Paulo Furiatti, citado por Vossa Excelência, tem ampla e total liberdade, num País e num estágio democrático em que vivemos, para emitir aqui a sua opinião. Por outro lado entendemos, também, que por estarmos vivendo num regime democrático é que nós nos sentimos à vontade para apoiar o Governador Álvaro Dias e não só para isso mas também para fazer um apelo aos homens encarregados de elaborar a nova Carta Magna que regerá os destinos deste País, para que fixem o mandato do Presidente Sarney em cinco anos. Porque somente assim nós teremos tranquilidade para fazer a verdadeira transição democrática, tão necessária neste momento de dificuldade nacional. Estamos neste momento apoiando o Governador, porque entendemos que o Governador tem o direito de receber este apoio, porque representa, como já dissemos, a vontade da maioria do povo do Paraná.

Foram 70% nas urnas; 75% nas últimas pesquisas de opinião pública e isto fala muito mais forte em nome dos paranaenses. E vimos, no início desta semana, a reunião dos Governadores do Sul do País. Ouvimos a

voz de autoridade do nosso Governador Álvaro Dias. É o momento em que nós, paranaenses, nos sentimos orgulhosos dos nossos políticos porque sentimos, a cada dia que passa, que estamos encontrando realmente um Paraná mais forte através de suas lideranças políticas.

Estamos deixando de ser a quinta comarca de São Paulo, porque no Paraná depois de Richa veio o Álvaro, e depois de Álvaro hão de vir políticos que evidentemente falarão em nome do povo, porque Álvaro tem autoridade para falar em nome do povo do Paraná.

Agradeço, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Vossa Excelência requer a chamada nominal? (Assentimento).

A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

Trinta e cinco Senhores Deputados responderam a chamada. Há "quórum" para deliberação.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Lei n. 205/86, dispondo que a categoria funcional de Técnico de Administração, código P-15, constante do Anexo I, do Grupo P- Profissional, da Lei n. 7.424, de 17.12.80, fica transformada em categoria funcional de Administrador. (APROVADO O SUBSTITUTIVO GERAL). **Aprovado.** (Publicado no DA. n. 92/86, de 02.09.86).

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 222/86, de autoria do Deputado ANTONIO BELINATI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Jornalista WALMOR MACARINI. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** **Aprovado.** (Publicado no DA. n. 104/86, de 24.09.86).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N. 222/86

PARECER:

O Projeto de Lei n. 222/86, de autoria do Nobre Deputado Antonio Belinati, visa conceder Título de Cidadão Honorário do Paraná ao ilustre jornalista Senhor Walmor Macarini.

A Justificativa demonstra ser o homenageado, digno do reconhecimento da comunidade que ele tanto serviu. Sendo que sua obra em prol desta lhe faz merecedor da honraria que ora lhe vem prestar o Estado. Catarinense, nascido na cidade de Meleiro, aos 28 dias do mês de dezembro de 1936. Contudo, seu interesse pela máquina impressora veio a nascer na Capital do Café, quando já tinha ele 19 anos de idade. Começou a trilhar seu caminho rumo a amada profissão de jornalista, iniciando-se como "office-boy" no Jornal Folha de Londrina. Lá permaneceu, chegando a ser Redator-Chefe. Hoje, é um dos proprietários deste mesmo jornal. Como um dos responsáveis pelo mesmo, tem ele liderado notáveis campanhas em favor do Paraná e da sua gente. Sua pessoa frente a este renomado meio de comunicação compatibiliza-se com o respeitável nome que possui o Jornal Folha de Londrina perante a imprensa Nacional.

Em tais condições, somos de opinião FAVORÁVEL pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

É o PARECER.

Sala das Comissões, em 19.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 225/86, de autoria do Deputado Airton Cordeiro, que declara de Utilidade Pública, a "Associação Viking", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Publ. no DA. n. 106/86, de 29.09.86).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N. 225/86

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Airton Cordeiro, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de Utilidade Pública, a "Associação Viking", com sede e

foro nesta Capital.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação inserida ao mesmo, comprovam o preenchimento pela entidade dos requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 234/86, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção às Mães no Setor Privado de Jardim Olinda", com sede no mesmo Município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n. 112 de 08.10.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 234/86

PARECER:

Com o presente Plano de Lei, a nobre Deputada Irondi Pugliesi, deseja que seja declarada de Utilidade Pública a "Associação de Proteção às Mães no Setor Privado de Jardim Olinda", com sede no mesmo Município.

Examinando o Projeto em tela, verifica-se que a documentação que o instrui, atende perfeitamente a todas as exigências da Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria em nosso Estado.

Constitucionalmente a iniciativa é pertinente e a forma está adequada ao Regimento Interno.

Diante do exposto, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 28.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 263/86, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que declara de Utilidade Pública, a "Sociedade de Assistência à Infância", de Ribeirão do Pinhal, com sede e foro no município de Ribeirão do Pinhal e Comarca de mesmo nome. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Pulic. no DA. n. 122/86, de 28.10.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 263/86

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Tadeu Lúcio Machado, objetiva o presente Plano

de Lei, declarar de Utilidade Pública a "Sociedade de Assistência à Infância de Ribeirão do Pinhal", com sede e foro no município de Ribeirão do Pinhal.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 283/86, de autoria do Deputado Airton Cordeiro, que concede o Título de Cidadã Honorária do Paraná a Senhora Maria das Dores Wouk. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publi. no DA. n. 145/86, de 05.12.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 283/86

PARECER:

O presente Projeto de Lei de autoria do Ilustre Deputado Airton Cordeiro, tem por finalidade conceder o Título de Cidadã Honorária a Senhora Maria das Dores Wouk.

Analisando-se a matéria, através de sua justificativa e documentação inserida pelo autor, a que é chamada a opinar esta Douta Comissão, temos que a mesma se encontra em condições de merecer a aprovação desta Augusta Casa, visto que se trata de ilustre personalidade, enriquecedora de nossa cultura.

Além disso, a matéria encontra amparo na lei n. 5.638, de 13 de setembro de 1967, nos itens I a IV do artigo 1.<sup>o</sup> dessa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL à aprovação do referido Projeto de Lei.

É o PARECER.

Sala das Comissões, em 28.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 284/86, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa, que declara de utilidade pública a "Sociedade Civil Catimbo de Pai Geremias", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL a C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n. 146/86, de 08.12.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 284/86

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Edmar Luiz Costa, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública a "Sociedade Civil Catimbó de Pai Geremias", com sede nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 286/86, de autoria do Deputado Ferrari Júnior, que declara de Utilidade Pública Estadual o Conselho Comunitário de Segurança de Maringá, com sede e foro na cidade de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n. 149/86 de 10.12.86).

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 286/86

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Ferrari Júnior, declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Maringá, com sede e foro na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

A supra citada entidade, atende plenamente ao disposto na Lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978, que define as normas para declaração de utilidade pública.

Por tal fato, manifestamos o nosso parecer FAVORÁVEL, nos permitindo ainda, opinar favoravelmente pela aprovação da referida matéria.

Sala das Comissões, em 28.04.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 012/87, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a "Tenda Espiritualista Filhos de Umbanda", conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n. 12 de 11.03.87).

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 12/87

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, o presente Projeto de Lei tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Tenda Espiritualista Filhos de Umbanda", com sede nesta Capital.

A documentação que acompanha o referido Projeto de Lei, corresponde perfeitamente às exigências contidas na Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria em pauta.

A iniciativa é pertinente, sob o aspecto constitucional e a matéria está de acordo com o Regimento Interno.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL opinando pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28.04.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 14/87, de autoria do Deputado Paulo Furiatti, que declara de Utilidade Pública a S.E.R. - Sociedade Espírita Renascimento, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. 15 de 16.03.87).

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 14/87

P A R E C E R:

O presente plano de Lei de autoria do nobre Deputado Paulo Furiatti tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Renascimento, com sede e foro em Curitiba.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei n. 6.994 de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em 28.04.87

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 18/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 25/87), visando substituir os valores de vencimentos estabelecidos pela Lei n. 8.434, de 24 de dezembro de 1986, para os cargos integrantes da carreira de Procurador, da Procuradoria Geral do Estado, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H. à EMENDA

SUBSTITUTIVA da C.C.J.. EM REGIME DE UR-  
GÊNCIA. (Publ. no DA n. 16 de 17.03.87).

Comissão de Constituição e Justiça  
PROJETO DE LEI N. 18/87

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei é oriundo da Mensagem Governamental n. 35/87 e objetiva substituir os valores de vencimentos estabelecidos pela Lei n. 8.434, de 24 de dezembro de 1986, para os cargos integrantes da carreira de Procurador do Estado.

A iniciativa da presente matéria tem amparo no art. 47 da Constituição do Estado.

Notamos, porém, que existe similitude entre o exercício das funções de Procurador do Estado e de Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça do Estado, entendemos que, pelo princípio constitucional de isonomia, deve haver paridade de vencimentos entre ambas as carreiras.

Como a correção dos vencimentos da carreira de Procurador está sendo procedida a partir de 1.º de janeiro do corrente ano, a fim de que lhes seja atribuído o percentual de 36% concedido aos demais funcionários do Estado, sobre o qual já incidiu novo reajuste, de 20%, em razão do Decreto Estadual n. 156, de 23.03.87, a partir de 1.º março do corrente ano, a equiparação está sendo procedida com vigência desta última data, daí a aparente discrepância dos valores fixados nas Tabelas inseridas na Emenda Substitutiva Geral, em anexo.

Assim sendo, desde que não haja qualquer óbice de ordem legal ou constitucional que possam impedir a tramitação do Projeto de Lei. 18/87, opinamos PELA SUA APROVAÇÃO, na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, EM ANEXO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.04.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

Comissão de Recursos Humanos

PROJETO DE LEI N. 18/87

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei n. 18/87 tem por origem a Mensagem Governamental n. 25/87, objetivando reajustar os valores dos vencimentos fixados na Tabela III, Anexo I, da Lei n. 8.434/86, para a carreira de Procurador do Estado.

A respeito da matéria já se pronunciaram as duntas Comissões de Justiça e de Finanças.

Dada a criteriosa análise procedida por aquelas Comissões e entendendo que realmente existe a apontada similitude entre as carreiras de Procurador do Estado e

Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça, opinamos pela APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N. 18/87, apresentado pela dunta Comissão de Constituição e Justiça.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS

Presidente

ANTÔNIO BÁRBARA

Relator

Comissão de Finanças  
PROJETO DE LEI N. 18/87

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n. 25/87, visa substituir os valores de vencimentos estabelecidos pela Lei n. 8.434, de 24.12.86, para os cargos integrantes da carreira de Procurador, da Procuradoria Geral do Estado, conforme especifica.

A medida proposta recebeu parecer favorável da Dunta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar sobre seu aspecto financeiro, esta Comissão de Finanças, manifesta-se favoravelmente ao Projeto, já que o mesmo visa atender ao princípio constitucional da isonomia pois, as funções de Procurador do Estado e de Assessor Jurídico são semelhantes, portanto, ambos devem receber vencimentos na mesma proporção.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13.05.87.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI N. 18/87

Art. 1.º - Os valores constantes da tabela III - Procuradoria Geral do Estado - PGE, do anexo I, da Lei n. 8.434, de 24 de dezembro de 1986, ficam substituídos pelos seguintes:

- Procurador Classe I - 9.805,31
- Procurador Classe II - 9.216,99
- Procurador Classe III - 8.628,67
- Procurador Classe IV - 8.040,35
- Procurador Classe V - 7.452,04

Parágrafo Único - Os efeitos financeiros deste artigo terão vigência a partir de 1.º de janeiro de 1987.

Art. 2.º - Os cargos que compõem a carreira de Assessor Jurídico do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça passam a ter as denominações e vencimentos como segue:



## SITUAÇÃO ANTERIOR

Cargo -	Código -	Nível
Ass. Jurídico -	PJ-TJ - 100	1
Ass. Jurídico -	PJ-TJ - 100	2
Ass. Jurídico -	PJ-TJ - 100	3

## SITUAÇÃO ATUAL

Cargo -	Classe -	Vencimentos
Ass. Jurídico -	I -	11.766,38
Ass. Jurídico -	II -	11.069,39
Ass. Jurídico -	III -	10.354,40

Parágrafo Único - Os efeitos financeiros deste Artigo terão vigência a partir de 1.º de março de 1987, já computada a alteração prevista no Decreto n. 156, de 23 de março de 1987, cujas despesas correrão à conta da verba da dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.04.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

## JUSTIFICATIVA:

Conforme me foi analisado no parecer desta Comissão, a inclusão do artigo que altera os níveis de vencimento básico dos Assessores Jurídicos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Estado é medida por demais justa.

Os requisitos para o exercício dos cargos de PROCURADOR e ASSESSOR JURÍDICO, são análogos.

Por outro lado, os Assessores Jurídicos do Tribunal de Justiça estão incompatibilizados com o exercício da advocacia, por imposição do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, sequer podendo inscrever-se nos quadros daquela entidade. Isto faz com que a sua única esfera de atuação seja o assessoramento jurídico dentro do Tribunal de Justiça do Estado.

Analisando a evolução dos vencimentos básicos de ambas as carreiras no correr do tempo, chega-se à constatação de que havia no passado uma nítida semelhança de tratamento neste aspecto. Havia mesmo uma correlação de ganhos fixados nos seguintes textos legais: Lei n. 7540/81, Decreto n. 5500/82, Lei n. 7696/83, Decreto n. 1165/83, Lei n. 7825/83, Lei n. 7877/84, Lei n. 8069/84, Lei n. 8122/85.

Assim, a situação merece nosso total empenho, no sentido de restabelecer a justa igualdade de tratamento a estas duas importantes carreiras, inseridas no funcionalismo público estadual, não só pelo

evidente incentivo que a medida trará, com reflexos na produtividade, mas, pela JUSTIÇA que advirá com a aprovação desta emenda.

Finalmente, vale dizer que as despesas decorrentes da implantação da disposição ora submetida a esta Assembléia, correrá à exclusiva conta da dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o adiamento da discussão e votação por 10 (dez) Sessões para o Projeto de Lei n. 18/87, constante da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n. 18/87 por 10 (dez) Sessões.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sobre a mesa, requerimento de autoria da Senhora Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Pennacchi, do Município de Arapongas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 192/86, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Professores de Espanhol do Estado do Paraná, com sede e foro nesta capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 97/85, que cria o Município de Nova Tebas, desvinculando-se do Município de Pitanga. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 62/87, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao professor Rosário Farani Mansur Guérios. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 247/86, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor José Cury. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 40.º aniversário de existência da empresa Transparaná, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expe-

diente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a cessão de um terminal telefônico a ser instalado na Escola Especial 19 de Junho, no Município de Pérola. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Educação, encarecendo a doação de seis ônibus para atender o transporte escolar do Município de Umuarama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 41.º aniversário do Município de Piraí do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Presidente da COPEL, encarecendo a construção da rede de energia elétrica que liga Segredo ao Município de Chopinzinho. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, encarecendo o empréstimo dos imóveis localizados à Rua Mateus Leme, n. 38 e 56, a serem ocupados pelo Atelier de Arte e Centro Juvenil de Artes Plásticas do Museu Alfredo Andersen. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela criação da União dos Vereadores do Norte do Paraná, com sede no Município de Uraí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Agricultura, Diretor do CER - Comissão Especial de Recursos do Ministério da Agricultura, Presidente do Banco Central e Diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil, encarecendo a cobertura do PROAGRO aos agricultores que tiveram suas safras de trigo de 1986 frustradas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente do Banco do Brasil, encarecendo uma revisão dos critérios técnicos de classificação para efeito do Proagro, de forma que se considere a produção líquida de acordo com as normas do critério rural. Aprovado. À Di-

retoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Fazenda, Diretor do Banco Central e Superintendente Regional do Banco do Brasil, encarecendo a desvinculação dos créditos agrícolas, comerciais e industriais de aplicações em seguro, CDB, RDB, entre outros papéis comercializados pelo banco. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, parabenizando-o pela iniciativa de reduzir o prazo de repasse dos créditos do governo aos cofres públicos de 4 para 2 dias. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor do DNER, encarecendo a execução de obras de recuperação da pista de rolamento da rodovia BR-376, trecho que liga o Município de Maringá ao Município de Nova Esperança. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica na rodovia que liga o Município de Paçandu ao Município de Ourizona. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Habitação, viabilizando a instalação de um escritório da COHAPAR, no Município e Pato Branco. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a construção de rede de esgoto sanitário no município de Mangueirinha. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a construção de rede de esgoto sanitário no município de São João. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da SA-

NEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a construção de rede de esgoto sanitário no Município de Chopinzinho. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, viabilizando a construção de rede de esgoto sanitário no Município de Itapejara D'Oeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a construção de rede de esgoto sanitário no Município de Coronel Vivida. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a construção de rede de esgoto sanitário, no Município de Vitorino. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a construção de rede de esgoto sanitário, no Município de Quedas do Iguaçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, viabilizando a construção de rede de esgoto sanitário, no Município de São Jorge D'Oeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Jovem Kleverton Lopes de Paula, ocorrido no dia 18 de maio do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Associação dos Deficientes Físicos, do Município de Ponta Grossa, pela passagem do 1.º aniversário de fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratula-

ções, pela posse da nova Diretoria do Sindicato Rural do Município de Ivaiporã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Saúde, viabilizando a inclusão, nos rótulos de todos os produtos, da decodificação dos aditivos e a percentagem deles, e ainda, que haja reformulação na legislação brasileira referente a aditivos químicos usados na indústria de alimentos. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Senhor Secretário de Segurança Pública, para que compareça a esta Casa, para prestar informações sobre o episódio ocorrido na substituição do Comando da Polícia Militar do Estado. **Em votação.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A intenção deste Parlamentar em convocar à Casa o Secretário da Segurança Pública no Estado do Paraná é no sentido de que venhamos todos nós, Parlamentares, a conhecer os esclarecimentos que se fazem necessários em relação à repentina mudança do Comando da Polícia Militar.

Nós sabemos que a indicação do Chefe de Estado Maior da Polícia Militar foi um ato ilegal, porque foi mesmo até contra um parecer da Procuradoria Geral do Estado que nós temos em mãos, bem como outros documentos. Assim nós desejávamos que se colocasse um ponto final na discussão deste problema, e com a vinda do Secretário de Segurança poderíamos ter uma série de esclarecimentos.

No entanto, me parece que este não é desejo da Bancada majoritária desta Casa, que, segundo notícias da imprensa, hoje pela manhã, teme a presença de Sua Excelência o Senhor Secretário, pelo menos é o que diz o jornal. Aí eu pergunto: Será que nós, Deputados de Oposição, iríamos colocá-lo na parede, no paredão? Não. Absolutamente. Nós pretendíamos e pretendemos apenas ouvir os fatos, saber realmente até onde teve influência a indicação do Comandante do Estado Maior através de Sua Excelência, o Secretário da Segurança Pública.

E nesse meu requerimento eu faço alguns considerandos, como, por exemplo, que o Senhor Secretário da Segurança, segundo noticiaram os órgãos de imprensa da Capital, e como comprova o Parecer do Senhor Procurador Geral do Estado de n. 94/87, contribuiu para a crise ocorrida na Polícia Militar do Estado que culminou com a saída do seu comando geral. Considerando que o Cel. Rubens Hatschbach sofreu as

consequências do ato do Secretário de Segurança, bem como a tradicional corporação, que saiu desgastada do episódio. E considerando que é dever desta Casa de Leis fiscalizar os atos do Executivo, mormente aqueles que envolvem diretamente o interesse público e a segurança, requeiro com base no Artigo 92 do Regimento Interno, e 22 da Constituição do Estado, a convocação do Senhor Secretário da Segurança Pública para que compareça a esta Casa a fim de prestar esclarecimentos sobre o episódio.

E foi neste mesmo sentido que encaminhamos nesta Casa, já por duas vezes, um requerimento pedindo a convocação do Secretário de Finanças, para também vir aqui explicar a todos nós, que somos parlamentares, as demissões dos três diretores do Banco do Estado do Paraná.

Então Senhores Deputados, a nossa intenção é de que sejamos bem esclarecidos também, afinal mesmo sendo da Oposição somos também Deputados deste Estado, temos obrigação de fiscalizar e o dever de fiscalizar. Não entendo a posição do PMDB que se diz promotor de uma política transparente, uma democracia transparente, e quando se convoca a presença aqui de um Secretário nós não encontramos o respaldo da Bancada do PMDB.

Faço um apelo aqui aos Senhores Deputados. Não há o que esconder. O Secretário de Segurança Pública não cometeu nenhum crime que não possa ser reparado. Nós queremos apenas o seu esclarecimento no episódio em relação a um problema da Polícia Militar. Por que, que há um desgaste na corporação, ele existe, ninguém pode negar isso. Nós sentimos pela presença de muitos militares soldados, cabos, sargentos, oficiais, que estão até hoje sem entender o porquê realmente da demissão, da mudança do comando da Polícia Militar.

E é nesse sentido que eu apelo aos Senhores Deputados para que permitam a aprovação deste requerimento para que o Secretário da Segurança Pública possa vir até esta Casa dar alguns esclarecimentos. Muito obrigado Senhores Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A matéria continua em votação.

Os Senhores Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela Ordem) - Está colocando em votação?

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Os Senhores que aprovam permaneçam como estão. Rejeitado.

**Explicações Pessoais:**

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nilton Barbosa, inscrito.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Era nossa intenção falarmos hoje no Pequeno Expediente, mas não foi possível aqui chegar, razão pela qual fizemos a nossa inscrição em Explicações Pessoais, para cobrar da Mesa, ou até mesmo da Liderança, requerimento encaminhado no dia 06 de abril, aprovado por esta Casa, quando solicitávamos a constituição de uma Comissão Parlamentar Especial Interpartidária, para discutir a viabilidade de formar uma Mesa Redonda ou um Fórum de Debates, para discutir a situação econômica dos municípios do Paraná.

Também havia no nosso requerimento a sugestão, levada aos Senhores Prefeitos, para que no momento em que o Governador do Estado, implanta no Paraná uma Reforma Administrativa, eles aproveitassem a oportunidade e passassem a responsabilidade do Estado os funcionários que os municípios pagam para atendimento de órgãos estaduais.

Diversos municípios paranaenses pagam hoje altos salários para funcionários à disposição de órgãos do Governo do Estado. Nós temos conhecimento de municípios com duzentos funcionários no seu quadro em que setenta e cinco deles atendem órgãos do Governo Estadual. Todos os municípios têm funcionários municipais atendendo órgãos estaduais. Prefeitos pagando aluguéis, convênios com órgãos do Estado para poder até ter no seu município atendimento estadual. É a oportunidade de se enxugar também a máquina administrativa municipal, é a oportunidade dos Prefeitos colocarem à disposição do Governo Estadual até mesmo os professores conveniados pois os salários dos convênios são repassados ao município, mas este se encarrega do recolhimento dos encargos sociais.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, na segunda-feira, próxima passada, a Associação dos Municípios de Entre Rios, a microrregião 11, da qual sou um dos representantes aqui nesta Casa, em reunião realizada na segunda-feira na Prefeitura Municipal de Umuarama, a maioria dos Prefeitos, após longa discussão, chegou a conclusão de que não se pode mais disparar o gatilho salarial.

Chegou-se a um consenso de que até o mês de agosto isto será impossível, impossível porque as Prefeituras, que em sua grande maioria já estão à beira da falência, se vier o disparo do gatilho, a falência vem junto e a consequência será ainda pior.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós viemos a esta tribuna, para dizer que lamentamos a situação a que chegam os nossos municípios paranaenses e lamentamos a situação em que se encontram os municípios com que temos um contato mais direto na nossa região, porque sabemos da real condição de cada um.

Lamentamos que diversos pais de famílias, que diversos trabalhadores ficarão, quem sabe já no próximo mês, sem receber o seu irrisório salário.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a nossa insistência na formação, na constituição desta comissão, para que representantes desta Casa possam de perto ver os problemas que enfrentam os municípios do Paraná.

Nós sabemos que na intenção dos senhores Prefeitos em não pagar os funcionários, pois se muitos até há poucos dias estavam pagando altas taxas de juros para fazer a antecipação de receita no próprio BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, hoje não há mais condições de assim fazer. Ou há uma Reforma Tributária emergencial, ou uma ajuda do Governo Estadual, ou nós, ao visitarmos as nossas regiões iremos encontrar situações caóticas, iremos encontrar os funcionários públicos municipais em verdadeiro desespero junto com as suas famílias.

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

somos solidários a decisão dos Senhores Prefeitos Municipais, porque sabemos da situação das Prefeituras. Mas não podemos deixar de implorarmos nesta Casa para que seja formada com urgência essa Comissão, para que possamos junto com os Senhores Prefeitos tentarmos buscar soluções para que os funcionários públicos municipais continuem recebendo os seus irrisórios salários em dia, para que, conseqüentemente, não venha a fome bater às portas das suas casas.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 21, às 10:00 horas, com a seguinte ordem do dia, já anunciada:

- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 24, 28, 36, 37 e 43/87.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a seguinte ordem do dia, já anunciada também:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n. 57, 122, 135, 142 e 198/86 e 20/87 e do Projeto de Resolução n. 03/87.

Levanta-se a Sessão.